

Documentação

Socioambiental

Fonte: JB (cidade)

Data: 3/6/2001 Pg 25

Class: 700

DOMINGO, 3 DE JUNHO DE 2001 □ 2ª Edição

CIDADE

JORNAL DO BRASIL 25

Pesquisadora defende ocupação de encostas

Criação de centros culturais e de lazer são, para diretora de Geo-Hidroecologia da UFRJ, formas de conter desmatamento

ISABELA DE ASSIS

Em meio às comemorações pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, na terça-feira, uma proposta cairá como um desastre ecológico no meio ambientalista do Rio. A coordenadora do Laboratório de Geo-Hidroecologia da UFRJ, Ana Luiza Coelho Netto, defenderá, num seminário, a ocupação ordenada das encostas – mesmo acima da cota 100, limite hoje imposto por lei – para preservar trechos da Floresta da Tijuca.

“A cota 100 não abre espaço para negociação. Em algumas áreas, pode ser vantajosa a construção de centros de pesquisa ou culturais. É um exemplo de ocupação com planejamento que evita outras formas desordenadas de avanço e impõe uma cultura de preservação local”, diz Ana. O Código de Edificações do município proíbe a construção de mais de um imóvel por cada 10 mil metros quadrados em terrenos que fiquem a mais de 100 metros do nível do mar.

A proposta de Ana Luiza promete trazer de volta a polêmica que, em 1998, quase provocou o linchamento político do ex-prefeito Luiz Paulo Conde. Conde levantou a hipótese de abrir espaço para condomínios nas encostas da floresta. E foi rechaçado. A ocupação defendida por Ana, no entanto, não segue os mesmos moldes. “Eu fui contra a proposta de Conde porque os estudos mostram que os condomínios atraem favelas. Quando o condomínio se instala, ele forma um núcleo que necessita de serviços e mão-de-obra”, argumenta.

Mansões – A recuperação do Maciço da Tijuca, idealizada pela pesquisadora, sugere um levantamento detalhado dos loteamentos. A partir deste balanço, o uso do espaço deverá ser repensado estrategicamente. “Cada caso é um caso. Há mansões abandonadas no Alto da Boa Vista que poderiam ser transformadas em centros culturais. Outras, põem em risco a estabilidade do solo”, exemplifica.

A seu favor, Ana tem um longo

currículo de estudo sobre o Maciço da Tijuca. Há 25 anos, ela divide seu tempo entre uma sala do prédio da UFRJ, na Ilha do Fundão, e seu laboratório mais equipado: a Floresta da Tijuca. Entre pedras, insetos raros e cobras venenosas, Ana já varou madrugadas pesquisando a floresta. Muito estudo e vivência levaram a professora a concluir que não é possível traçar um plano de preservação e recuperação ambiental, sem levar em conta aspectos sociais e históricos.

“Não podemos acabar com uma favela como a Rocinha, por exemplo, que já faz parte da história do Rio. Mas temos um problema grave que precisamos resolver, relacionado à favelização: as pessoas queimam lixo e acabam destruindo áreas verdes. É fundamental, então, investir na eficiência do sistema de coleta de lixo e também em educação ambiental da população”, aconselha.

Degradação – Sem limites, favelas, condomínios e outras edificações avançam pelo Maciço da Tijuca, ameaçando a integridade da floresta. Em 24 anos – entre 1972 e 1996 – houve perda de 18 Km2 de cobertura vegetal do Maciço: o equivalente a 2.571 campos de futebol.

Quando fala de favelização, Ana faz questão de lembrar que condomínios de luxo também têm sua parcela de culpa na degradação do Maciço da Tijuca. “Existem muitas casas chiques onde é visível o desrespeito pela fauna e flora. Já vi mansões em São Conrado onde moradores criam gado para fazer churrasco. As pessoas constroem suas casas e limpam a floresta para arrumar seus quintais”, observa.

Em agosto, Ana Luiza finalizou um relatório sobre o Maciço da Tijuca, a pedido do prefeito Luiz Paulo Conde. O estudo mostra que se a degradação ambiental continuar neste ritmo, não sobrá nada da cobertura vegetal do Maciço da Tijuca em 44 anos. Mas pessimismo não combina com a personalidade de Ana: “Não gosto de fazer alarde. Prefiro oferecer soluções”.



Ana Luiza acredita que, com ocupação programada, fica mais fácil proteger a mata e evitar a favelização das encostas.

Flora e fauna ameaçadas

A floresta que cobre as montanhas do Maciço da Tijuca foi declarada reserva da biosfera pela Unesco. A devastação mais intensa começou no século 18, em meio à febre do primeiro ciclo do café. Durante o período de reflorestamento (1862-1891), algumas espécies exóticas, como a maria-sem-vergonha (originária da Tanzânia, na África), foram transplantadas, transformando um pouco da paisagem típica da Mata Atlântica na região.

A proliferação de favelas, desde o século 19, e outras formas de ocupação desordenada têm ameaçado fauna e flora. A queima de lixo, o desmatamento desenfreado e a queda de balões são

apontados por Ana Luiza como principais causas da degradação ambiental. “Hoje, restam 42,8 Km2 das florestas chamadas clímax local e secundária tardia. Elas são mais antigas (têm mais de 50 anos) e prestam serviços essenciais ao homem, como estabilização do solo e do clima, além da neutralização da água que vai para os rios”, diz Ana.

Perda – O Maciço da Tijuca tem 119 km2 de cobertura vegetal. Segundo Ana Luiza, há uma taxa de perda florestal de 1 Km2 por ano, por conta da degradação. As florestas mais jovens – secundária inicial e de formação pioneira – resistem menos às queimadas.

Entre as espécies ameaçadas da flo-

ra estão as bromélias, os jequitibás e as begônias. As árvores altas – com raízes mais profundas – atuam como estabilizadoras das encostas, impedindo a erosão. Como a vertente Norte do Maciço – Tijuca, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú – é uma das áreas mais devastadas, esta região sofre com enxurradas.

A Floresta da Tijuca atrai turistas e cariocas não apenas pelas belezas naturais, como pelas construções históricas. Entre elas, a Capela Mayrink, construída em 1860 e situada na estrada do Imperador, e o Museu do Açude, no Alto da Boa Vista. Em caminhadas pelas trilhas, é possível encontrar quatis, macacos, cutias, gatos-do-mato, cobras e tamanduás.